

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SABESP

CNPJ nº 43.776.517/0001-80  
NIRE nº 35300016831

#### EXTRATO DA ATA DA SEISCENTÉSIMA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de agosto de 2004, às 09:00 horas, por convocação do Sr. Presidente do Conselho de Administração, em caráter ordinário, na forma do disposto no Artigo 15 do Estatuto Social, na sala de reuniões situada na Rua Bela Cintra, 847 – 10º andar, São Paulo, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, senhores abaixo nomeados e assinados. .... Dando prosseguimento à reunião, o Sr. Presidente do Conselho de Administração passou ao item II da pauta, “Ratificar e fixar as condições aplicáveis à 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, quirografárias, para distribuição pública (as “Debêntures”), no âmbito do Primeiro Programa de Distribuição de Valores Mobiliários da Companhia, atualmente sob análise da Comissão de Valores Mobiliários”, solicitando ao Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores, Rui de Britto Álvares Affonso, que apresentasse o assunto, o que foi feito com base na Comunicação Interna FI nº 055/04, de 19/08/2004, na Deliberação de Diretoria nº 0329/2004, de 23/08/2004 e na Proposta ao Conselho de Administração nº 020/2004, de 24/08/2004. Colocada a matéria em discussão e a seguir em votação, resultou **aprovada** por unanimidade a proposta da Diretoria da Companhia, do seguinte teor: (a) **Valor Total da Emissão:** O valor total da emissão será de até R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais); (b) **Número de Séries:** A emissão será realizada em três séries, devendo a alocação entre as diferentes séries ser definida, mediante expressa concordância da Emissora, após o resultado de processo de *bookbuilding*, por meio do qual as instituições intermediárias contratadas para a distribuição das Debêntures verificarão junto aos investidores os níveis de demanda para cada série; (c) **Data de Emissão:** A data de emissão das Debêntures será 1º de setembro de 2004 (a “Data de Emissão”); (d) **Quantidade de Títulos:** Serão emitidas até 600.000 (seiscentas mil) Debêntures; (e) **Valor Nominal Unitário:** As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão (o “Valor Nominal Unitário”); (f) **Conversibilidade:** As Debêntures não serão conversíveis em ações da Companhia; (g)

## DECISÃO

**Forma:** As Debêntures serão nominativas e escriturais; **(h) Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária; **(i) Prazo e Vencimento:** As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento fixado em 1º de setembro de 2007; as Debêntures da 2ª série terão prazo de vencimento fixado em 1º de setembro de 2009; e as Debêntures da 3ª série terão prazo de vencimento fixado em 1º de setembro de 2010; **(j) Remuneração:** **(i)** As Debêntures da 1ª série farão jus a remuneração a ser definida em processo de *bookbuilding*, partindo inicialmente da taxa média diária de depósitos interfinanceiros de um dia divulgada pela CETIP, denominada DI *over* extra grupo, base 252 dias expressa na forma percentual ao ano ("Taxa DI"), acrescida de *spread* de até 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano; **(ii)** As Debêntures da 2ª série e da 3ª série farão jus a uma remuneração que inclui juros remuneratórios e atualização monetária, sendo que os juros remuneratórios serão apurados mediante a aplicação de uma taxa percentual fixa de até 11% (onze por cento) ao ano, calculada por dias úteis, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, além de atualização pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas; **(k) Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios:** **(i)** Os valores relativos à remuneração das Debêntures da 1ª Série deverão ser pagos semestralmente, sempre no dia 1º dos meses de março e setembro de cada ano; **(ii)** Os valores relativos à remuneração da 2ª Série e à remuneração da 3ª Série deverão ser pagos da seguinte forma: **(1.)** Atualização: juntamente com o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série e da 3ª Série, que deverá ocorrer na data de vencimento das Debêntures da 2ª Série e na data de vencimento das Debêntures da 3ª Série, ou seja, 1º de setembro de 2009 e 1º de setembro de 2010, respectivamente, e **(2.)** Juros Remuneratórios: anualmente, sempre no dia 1º do mês de setembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 1º de setembro de 2005 e o último em 1º de setembro de 2009 para as Debêntures da 2ª série e em 1º de setembro de 2010 para as Debêntures da 3ª série; **(l) Amortização:** não haverá amortização, sendo que o pagamento integral do principal será feito na data de vencimento; **(m) Juros Moratórios e Multa:** Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, incidirão sobre os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia multa de 2% (dois por cento) e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês; **(n) Vencimento Antecipado:** Serão consideradas hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, podendo na sua ocorrência ser exigido o Valor Nominal Unitário de cada Debênture acrescido da remuneração e encargos, as seguintes: **(i)** pedido de concordata



## ÍNDICE

preventiva ou de auto-falência (ou outros procedimentos equivalentes previstos em lei) formulado pela Emissora; (iii) liquidação ou decretação de falência da Emissora; (iii) extinção ou dissolução da Emissora; (iv) não pagamento da remuneração devida às Debêntures nas respectivas datas de pagamento, bem como de quaisquer outras obrigações pecuniárias relativas às Debêntures; (v) caso o Estado de São Paulo deixe de deter, direta ou indiretamente, pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais uma ação com direito a voto do capital da Emissora; (vi) extinção da licença, perda de concessão ou perda da capacidade da Emissora para a execução e operação dos serviços públicos de saneamento básico em área(s) do território do Estado de São Paulo que, consideradas isoladamente ou em conjunto durante a vigência das Debêntures, resulte(m) em uma redução da receita operacional líquida da Emissora superior a 25% (vinte e cinco por cento) em relação à receita operacional líquida da Emissora no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003 (corrigida anualmente conforme a variação do IPCA-IBGE). O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre e utilizando-se as informações financeiras usualmente divulgadas pela Emissora; (vii) fusão, cisão, incorporação, ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora ("Reorganização") que não tenha sido previamente aprovada por Debenturistas que representem no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, exceto na hipótese da Emissora demonstrar, anteriormente à efetivação da Reorganização que, uma vez concluída a Reorganização, serão atendidos cumulativamente os seguintes requisitos: (1.) o patrimônio líquido da Emissora não será inferior ao patrimônio líquido da Emissora antes da Reorganização, admitida uma variação de até 10% (dez por cento); (2.) será atribuída às Debêntures a mesma classificação de risco a elas atribuída antes da Reorganização; e (3.) a Emissora não violará os índices financeiros estabelecidos no item (o) a seguir, sob o título "Índices Financeiros" e (4.) a receita operacional líquida da Emissora não sofrerá uma redução superior a 25% (vinte e cinco por cento) em relação à receita operacional líquida da Emissora no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003 (corrigida anualmente conforme a variação do IPCA-IBGE), conforme apurado com base em demonstração financeira da Emissora pró-forma que reflita os efeitos da Reorganização, preparada exclusivamente para esse fim, com base nos 12 (doze) meses anteriores ao encerramento do último trimestre (relativamente ao qual tenham sido elaboradas informações financeiras obrigatórias); (viii) protestos legítimos e reiterados de

**ÍNDICES**

títulos ou pedidos reiterados de falência contra a Emissora, cujo valor global reclamado ultrapasse R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), salvo se o protesto ou o pedido de falência tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas) de sua ocorrência; (ix) falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação não pecuniária relativa às Debêntures, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo agente fiduciário contratado para a operação; exceto no que se refere à obrigação prevista no item (o) a seguir, sob o título "Índices Financeiros", cuja falta de cumprimento pela Emissora somente ficará caracterizada quando verificada nas suas demonstrações financeiras trimestrais obrigatórias por no mínimo 2 (dois) trimestres consecutivos, ou ainda por 2 (dois) trimestres não consecutivos dentro de um período de 12 (doze) meses, não se aplicando a esta hipótese o período de cura de 30 (trinta) dias acima mencionado; (x) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em montante igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias relativas às Debêntures; (xi) alienações de ativos operacionais que, individual ou conjuntamente durante a vigência das Debêntures, resultem em uma redução da receita operacional líquida da Emissora superior a 25% (vinte e cinco por cento) em relação à receita operacional líquida da Emissora no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003 (corrigida anualmente conforme a variação do IPCA-IBGE). O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre, e utilizando-se as informações financeiras usualmente divulgadas pela Emissora; e (xii) pagamento de dividendos, exceto os obrigatórios por lei, e/ou juros sobre capital próprio se estiver por mais de 15 (quinze) dias em mora, relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias relativas às Debêntures; (o) **Índices Financeiros:** A Emissora deverá observar e manter os seguintes índices financeiros mínimos, a partir de 30 de setembro de 2004, a serem verificados trimestralmente, sempre quando da divulgação das informações trimestrais regularmente apresentadas pela Emissora: (i) Liquidez Corrente Ajustada superior a 1,0, devendo para esse fim ser o Ativo Circulante dividido pelo Passivo Circulante, excluída do Passivo Circulante a parcela registrada no curto prazo das dívidas de longo prazo contraídas pela Emissora; (ii) LAJIDA (EBITDA) / Despesas Financeiras igual ou superior a 1,5, sendo o





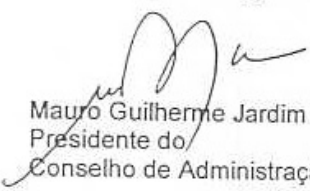
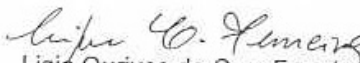

LAJIDA (EBITDA), em relação aos 12 (doze) meses anteriores a data de apuração do índice, o somatório (1.) do resultado antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações, (2.) das despesas de depreciação e amortização ocorridas no período, (3.) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras e (4.) do resultado não operacional. As Despesas Financeiras são, em relação aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração do índice, o somatório dos pagamento de juros e despesas financeiras incorridas sobre o endividamento financeiro, não devendo ser consideradas para esse fim as despesas de variação cambial (diferença de moedas); (p) **Condições de Subscrição e Forma de Integralização:** O preço de subscrição das Debêntures é o correspondente ao Valor Nominal Unitário acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição. A integralização das Debêntures dar-se-á à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional ou por meio da entrega à Emissora de notas promissórias emitidas pela Emissora de acordo com sua 2ª Emissão de Notas Promissórias para distribuição pública, autorizada na Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 17 de junho de 2004; (q) **Distribuição e Negociação:** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. As Debêntures serão registradas (i) para distribuição no mercado primário no Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Financeiro ANDIMA (“ANDIMA”) e operacionalizado pela CETIP; e (ii) para negociação no mercado secundário no (1.) Sistema Nacional de Debêntures – SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, e/ou (2.) Sistema de Negociação BÓVESPA FIX, da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA (“BOVESPA”), que tem sua custódia e liquidação na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC. As Debêntures da 3ª Série somente serão colocadas após a 2ª Série e as da 2ª Série somente serão colocadas após a colocação da 1ª Série, ou após o cancelamento do saldo não colocado de cada uma das séries anteriores; (r) **Local de Pagamento:** Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados em conformidade com os procedimentos adotados pela CETIP e/ou CBLC, conforme o caso. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP e/ou CBLC terão os seus pagamentos realizados junto ao banco mandatário contratado para a operação; (s) **Delegação de Poderes aos Diretores:** Ficam ratificados os poderes da Diretoria para contratar instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais com a finalidade de coordenar a colocação pública das Debêntures, os serviços de agente

JUCESP

fiduciário, banco mandatário e escriturador, agências de classificação de risco, entre outros, bem como para celebrar a escritura de emissão das Debêntures, assinar todos os documentos, e, ainda, praticar todos os atos necessários para este fim, podendo inclusive fixar a remuneração definitiva das Debêntures e a alocação das Debêntures entre as diferentes séries, após a apuração dos resultados do processo de *bookbuilding* a ser conduzido pelos Bancos Coordenadores, dentro dos limites e parâmetros aqui estabelecidos.

Esta ata, depois de aprovada, segue assinada pelos Conselheiros de Administração presentes. Mauro Guilherme Jardim Arce – Presidente, Fernando Carvalho Braga, Alexander Bialer, Andrea Sandro Calabi, Daniel Sonder, Fernando Maida Dall'Acqua, Gustavo de Sá e Silva e Maria Helena Guimarães de Castro.

São Paulo, 26 de agosto de 2004.

  
Mauro Guilherme Jardim Arce  
Presidente do  
Conselho de Administração  
Ligia Ourives da Cruz Ferreira  
Secretária

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DEFESA  
DA CIDADANIA  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO  
DE SÃO PAULO

CERTIFICO O REGISTRO  
SOB O NÚMERO 398.462/04-5

RODRIGO BLANCARDI BARBOSA  
SECRETÁRIO GERAL

398.462/04-5



JUCESP